

Vale (VALE3): MP pede arresto de bens de Vale e BHP no valor da dívida da Samarco

O Ministério Público de Minas Gerais pediu à Justiça o arresto cautelar de bens das mineradoras Vale e BHP Group no valor dos créditos listados pela sua joint venture Samarco no pedido de recuperação judicial, de R\$ 50,7 bilhões.

Em abril, a joint venture havia pedido recuperação judicial por não ter conseguido realizar a reestruturação da dívida depois do desastre de Mariana em 2015. Durante o processo de RC, a Samarco reportou uma dívida de R\$ 24 bilhões, sendo parte dos créditos concedidos para que a joint venture pudesse fazer frente aos compromissos de reparação devido ao desastre.

“A finalidade desta ação não é o ressarcimento do dano socioambiental... mas, sim, a desconsideração da personalidade jurídica da Samarco para que as suas controladoras respondam, com seus bens, pelo passivo submetido ao processo de recuperação judicial que... foi usado como instrumento de manobra pelas acionistas Vale e BHP”, afirmou o MP.

Os promotores afirmaram que as acionistas “não têm o direito, após a ocorrência de tantos prejuízos à controlada e à sociedade... de se valer da diminuta Samarco (em comparação às controladoras), utilizando-se ainda das benesses previstas no instituto da recuperação judicial, tudo como forma de se escusarem de suas responsabilidades perante o passivo gerado com a paralisação da controlada”.

Apesar disso, tanto a Samarco como suas controladoras afirmaram várias vezes que a responsabilidade em relação as reparações, indenizações e dívidas são da joint venture.

Impacto: Negativo. O pedido de arresto é de um valor bastante elevado, e portanto, deve gerar volatilidade em relação aos papéis da Vale no curto prazo. Ressalta-se ainda que as ações da mineradora já vêm sofrendo ultimamente em virtude da derrocada do preço do minério de ferro, puxado pela diminuição

da produção de aço na China e dados industriais abaixo da expectativa do mercado em relação aquele país.

Ambipar (AMBP3): Cia fará IPO da Environmental ESG Participações, subsidiária da companhia

A Ambipar comunicou por meio de fato relevante enviado ao mercado, que irá realizar uma oferta pública prima de ações (IPO) da Environmental ESG Participações, que atua em soluções ambientais relacionadas a gestão e valorização de resíduos pós e pré-consumo, além da gestão de gases do efeito estufa e organização de créditos de carbono.

De acordo com a Ambipar, “serão fixados pelo conselho de administração da ESG: a quantidade de ações a serem por ela emitidas no âmbito da oferta e o preço de emissão das ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação”.

A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da ESG realizada nesta data, conjuntamente com a submissão do seu pedido de adesão ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A.

No mesmo comunicado, a empresa ainda afirma que “no contexto da preparação para a Oferta, a então Diretora Presidente da Companhia, Sra. Izabel Cristina Andriotti Cruz de Oliveira renunciou a seu cargo, tendo sido eleita para ocupar o cargo de Diretora Presidente da ESG. Em substituição a ela, o Sr. Leon Tondowski foi eleito, nesta data, como Diretor Presidente da Companhia.”

Impacto: Positivo. Enxergamos a operação, do tipo spin-off, que a Ambipar fará com a sua subsidiária, com bons olhos. Ela pode destravar valor tanto para a controladora, por permitir que ela concentre capital e esforços em sua área de competência, ao mesmo tempo que a subsidiária também focará em sua área de competência, além de possivelmente formar um corpo diretivo de maior expertise no setor de soluções ambientais relacionadas a gestão e valorização de resíduos, além de crédito de carbono.

Petrobras (PETR4): Cia retoma processo de arrendamento de terminal com Excelerate Energy

A Petrobras retomou o processo de arrendamento do seu Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Bahia para a texana Excelerate Energy, única a apresentar proposta em uma licitação do ativo feita em junho. O valor foi de R\$ 92 milhões, que inclui pagamento mensal de R\$ 3 milhões por 30 meses.

O negócio havia sido interrompido pela desclassificação da empresa norte-americana, que recorreu e retirou do contrato os “vícios insanáveis” apontados pela Petrobras para sua desclassificação. Posteriormente a empresa norte-americana admitiu a existência de condicionantes não previstas em seu edital, entre elas, o direito de rescindir o contrato sem motivação

“A Petrobras recebeu uma nova proposta da empresa Excelerate para arrendamento do terminal de GNL da Bahia. Na nova proposta, a empresa retirou a condicionante que havia causado a desclassificação da proposta anterior. Dessa maneira, será dada continuidade ao processo de arrendamento, tendo como próximas etapas a negociação e a habilitação”.

Impacto: Marginalmente positivo. Apesar da falta de concorrência na licitação, vemos com bons olhos o arrendamento do terminal da Petrobrás, que recebeu uma proposta com condições mais positivas à estatal.

JBS (JBSS3): Cia tem perspectiva de rating elevada pela S&P

A Standard and Poor's elevou a perspectiva do rating da JBS de estável para positiva e a classificação do crédito para BB+.

A agência de crédito cita que a JBS reforçou seus controles e gestão de risco, embora ainda consideremos seu histórico limitado. Ao mesmo tempo, tem se beneficiado dos sólidos fundamentos da indústria em suas operações de carne bovina nos Estados Unidos e usou isso para retomar as aquisições e aumentar a remuneração dos acionistas sem prejudicar significativamente suas métricas de alavancagem.

“Mesmo considerando os quase R\$ 17 bilhões em aquisições já anunciadas em 2021, não esperamos que o índice de dívida sobre Ebitda exceda 2,3x-2,5x, mesmo sem considerar o Ebitda adicional desses ativos”, afirma a S&P.

Impacto: Positivo. A elevação da nota de crédito pela S&P pode ser vista como um reconhecimento por uma instituição internacional renomada, de que as políticas adotadas pela JBS nos últimos anos, mesmo realizando aquisições, tem tido um endividamento saudável através de seu melhor controle e gestão de risco. Com isso a empresa brasileira se financiar através de dívida pagando um juros menor em função do menor risco de emissão.

Copel (CPLE6): Cia lança PDI com potencial redução de até R\$ 83,4 milhões

A Copel lançou seu Programa de Demissão Incentivada (PDI), em virtude da venda da Copel Telecom. O programa é estimado em R\$ 80,6 milhões de indenizações, com prazo para adesão no período de 18 a 31 de agosto deste ano e com os desligamentos previstos para 15 de fevereiro de 2022.

Atualmente, 350 empregados se enquadram nos requisitos de adesão, para os quais estima-se uma redução potencial de até R\$ 83,4 milhões em custos anuais a partir de 2022. “O lançamento deste programa é parte integrante da estratégia de melhoria contínua de eficiência e redução de custos da companhia”.

Impacto: Positivo. O anúncio do programa é positivo para a empresa, que será capaz de reduzir suas despesas operacionais com pessoal no médio prazo. Vale lembrar que no resultado no 2T21, foi positivo, em função do crescimento de volumes na área de distribuição e geração e da redução das despesas operacionais.